

A 11. 151
A 1 11/177 29

CNPU expõe à Presidência política urbana capixaba

Os últimos subsídios para uma exposição de motivos a ser encaminhada ao presidente Geisel, solicitando recursos para apoio à demarcação dos grandes projetos no Estado, foram colhidos ontem em Vitória pelo secretário adjunto da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), Militão Ricardo.

Ele se reuniu com o governador Elcio Alvares, com o secretário de Planejamento Wanthuyr Zanotti, e com os técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves, que cuida do ordenamento urbano da Grande Vitória, e depois percorreu pontos estratégicos da região, em termos de planejamento urbano.

A exposição de motivos será encaminhada ao presidente Geisel pelos ministros do Planejamento, Transporte e Interior e será elaborada pela CNPU e Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Os subsídios ontem colhidos acompanharão o documento intitulado: "Apoio à Demarcação dos Grandes Projetos: algumas prioridades", também em mãos do secretário adjunto. Entre as áreas por ele visitadas estão: a linha do projeto aquaviário (Paul-Vitória), a rodoviária e a localização da Terceira Ponte.

Considera o documento que a política do governo federal, na utilização do espaço físico, encontrou no Espírito Santo uma de suas principais alternativas, a partir de sua privilegiada posição geográfica.

Iniciou-se um processo de amadurecimento de uma vocação de polarização natural, que se consolida com a inauguração do Porto de Tubarão, no início dos anos 60, e com as ligações rodoviárias Sudeste Brasileiro — ES-Nordeste Brasileiro, através da BR-101, e ES-Centro Oeste, pela BR-262.

A partir desses marcos, infra-estruturais, iniciou-se o desencadeamento de um processo de demarcação da economia capixaba, que, assegurada a implantação dos grandes projetos de impacto, terminará os anos 70 efetivamente engajado no esforço Nacional de industrialização.

A inserção do Espírito Santo no contexto desenvolvimentista do Sudeste Brasileiro traz para a administração pública uma dupla preocupação. A primeira refere-se ao aspecto concentrador de que se revestem os grandes projetos, uma vez que, na sua maioria, se localizarão na Grande Vitória ou áreas próximas.

A segunda surge como consequência imediata da primeira e diz respeito à necessidade de dotar a aglomeração urbana da Grande Vitória de capital social básico capaz de permitir seu crescimento harmônico dentro da nova realidade de crescimento acelerado.

A complexidade dessas preocupações, aliada a um quadro financeiro estadual difícil induzem o governo do Estado a uma ação planejada, dividida em dois momentos. O primeiro momento é objeto do trabalho agora apresentado pelo governo, que diz respeito somente a 3,2 por cento do território capixaba, mas que já em 1970 abrigavam cerca de 25 por cento da população estadual. O segundo vislumbra a adoção de medidas capazes de assegurar uma melhor distribuição espacial das atividades econômicas no território estadual.

Perspectivas

Depois de considerar também o processo de urbanização acelerada, o documento da Fundação Jones dos Santos Neves, examina as perspectivas para o futuro imediato. Todo o processo de

desenvolvimento se apóia nos complexos siderúrgico, portuário, naval, com uma geração total de 16.200 empregos diretos.

Estudos preliminares estimam que a população urbana da Grande Vitória deverá alcançar a casa dos 900 mil habitantes em 1980, ultrapassando 1,1 milhão em 1985.

Estes dados, quando comparados com as estimativas feitas pelo IBGE para 1975 (cerca de 500 mil habitantes), dão uma primeira dimensão ao impacto demográfico. Da taxa observada entre os censos de 60 e 70, da ordem de 7 por cento ao ano, o ritmo de crescimento populacional deverá chegar à taxa de 15 por cento ao ano nos primeiros anos de implantação dos grandes projetos.

Além da taxa demográfica de grande significado, deve-se ressaltar o ritmo de crescimento da renda interna, que deverá alcançar a casa do 1,4 milhão de dólares em 1985, isto é, a Grande Vitória deverá ter sua renda per capita fixada no período ultrapassando os US\$ 1.300/habitantes em 1985.

A atual renda "per capita" capixaba é de US\$ 567,00/habitante, prevendo-se uma elevação para US\$ 875.100 em 1980.

Ordenamento

Diante desse quadro, o governo estabelece uma estratégia de ordenamento urbano para a Grande Vitória, traçando diretrizes para a ação que leve ao crescimento harmônico da área metropolitana. Com o apoio técnico e financeiro da CNPU, foi elaborado o trabalho: "Grande Vitória: uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana", cujo objetivo é ser o primeiro passo no sentido da implantação do processo de planejamento como orientador do crescimento da Grande Vitória, consubstanciando no que se convencionou chamar de Esquema de Estruturação do Espaço.

Consideradas algumas das consequências do crescimento espontâneo que caracterizou a aglomeração no passado e ressaltada a necessidade de uma ação planejada no futuro, optou-se pela adoção de um partido urbanístico que:

— Adense a ocupação do solo de forma ordenada e sucessiva, tendo como sentido de expansão e limites de zoneamento os eixos representados pela BR-101/262 e pela Rodovia do Sol;

— Desconcentre o crescimento através de uma melhor distribuição dos equipamentos coletivos, usando um modelo polinucleado, que, a partir de Centros de Animação com a maior auto-suficiência possível e sendo suas principais características preservadas, viabilizará o descongestionamento do Centro de Vitória.

— Minimizar as distâncias trabalho-residência-lazer, através da oferta adequada de transporte de massa e da localização de equipamentos voltados para o convívio social e recreação de todas as faixas de população;

— Preserve os vales — através da adoção de uma política que evite a ocupação de áreas alagadas e alagáveis; os morros — de forma a evitar os agravamentos dos problemas de deslizamento já observados; a paisagem e os monumentos que a natureza e a história nos legaram; e

— Valorize a localização marítima de aglomeração, através de um melhor aproveitamento de sua extensa faixa litorânea com atividades ligadas ao lazer e à recreação (em oposição à atual tendência de se implantar largas avenidas à beira mar).

O documento a ser enviado ao presidente estabelece também a montagem de

capital social básico (algumas medidas para o futuro imediato).

As necessidades no campo da habitação, sistema hidrossanitário, apoio à política urbana, completam, assim o trabalho cuja exposição de motivos foi ontem ultimada, para alocar os recursos para execução das obras.

No caso da habitação, considera-se que nos anos 50/60 a taxa de migração para a Grande Vitória, foi de 2,3 por cento ao ano e que no período 60/70 foi de 4,6 ao ano. Enquanto isso, os dados sobre o aumento da população na Grande Vitória revelam um crescimento de 2,9 por cento em 1960, que se elevou para 6,1 por cento em 1970, na zona rural; de 13,7 por cento em 1960 elevando-se para 24,1 por cento em 1970, na zona urbana.

Assim, estão redobradas as responsabilidades da administração pública no setor habitacional, com a implantação dos grandes projetos.

Para 1977/78, de acordo com o documento, deverão estar viabilizadas 10.000 habitações, pelo sistema Cohab-Inocoop, com mais 7.000 lotes urbanizados e embriões. Destaca que, quanto aos lotes urbanizados, pioneiro no país o Espírito Santo encara o programa como uma das poucas alternativas existentes para não permitir que os crônicos defeitos habitacionais ampliem cada vez mais a proliferação de favelas desumanas.

A ação do governo do Estado, através da Cohab, com o apoio financeiro do BNH, tem sido e se intensificará no sentido de dotar áreas dentro dos limites da aglomeração urbana e próximas aos principais pontos demandadores do fator, trabalho de infra e super estruturas básicas para o surgimento de comunidades integradas.

A moradia por si perde, portanto, a primazia da prioridade. O fundamental se forma a existência de condições capazes de proporcionar uma melhoria gradativa das condições de vida não só da família, como também da comunidade onde ela se insere, passando a ser priorizada, portanto, a reserva de áreas para os equipamentos de saúde, educação, lazer e outros, em quantidade e em qualidade.

Infra-estrutura

Sobre o abastecimento de água, o documento considera que o sistema de produção da Grande Vitória, iniciado em 1973, em sua primeira etapa pode atender a uma população de um milhão de habitantes e está prevista a elevação da capacidade de produção e forma a atender a cerca de dois milhões de pessoas.

Quanto ao esgoto sanitário, considera-se que, enquanto o abastecimento de água está devidamente equacionado e caminhando para uma solução definitiva, em condições de suportar o abrupto crescimento demográfico previsto para a microrregião de Vitória, o mesmo não ocorreu com os setores de esgotos sanitários e drenagem pluvial.

No que se refere a esgotos sanitários em especial, o problema apresenta conotação bastante grave, pela estreita relação que possui com controle e prevenção de inúmeras doenças transmissíveis, as quais vêm apresentando elevada prevalência na região.

A dificuldade principal reside em se conseguir viabilizar financeiramente a construção de um sistema completo de esgotos sanitários, sendo oportuno registrar que um primeiro estudo de plano diretor, mandado elaborar pela Cesan em 1970, concluiu pela inviabilidade, e para econômico-financeira do empreendimento.